

CAPA

S.O.S.

A ABERTURA DO INQUÉRITO
CONTRA FIGURÕES E À POLÍTICA
ECONÔMICA DA DUPLA TEMER-MEIRELLES
AFUNDAM O BRASIL

por ANDRÉ BARROCAL

Michel Temer reuniu aliados no Palácio do Planalto em 24 de maio do ano passado, 12 dias depois de tornar-se presidente interino, e fez um discurso com todos os argumentos necessários para entender por que estaria hoje no leme de um Titanic de bandeira verde-amarela. Ao apresentar sua política econômica, prometeu uma reforma da Previdência, sonho do “mercado”, e estreou a ideia de que era chefe de um governo semiparlamentarista, a acarinhar o Congresso. De quebra, com um tapa na mesa, proclamou-se apto a comandar a nação de maneira firme, pois tinha sido “secretário de Segurança Pública duas vezes em São Paulo e tratava com bandidos”.



Passados 11 meses, o País caminha para nova recessão econômica em 2017, fruto dos planos do presidente e seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, outra estrela daquele maio de 2016. A tentativa de mexer nas aposentadorias rachou os governistas no Congresso e converteu em miragem o tal semiparlamentarismo, sem o qual Temer terá dificuldades políticas para sobreviver no cargo. E o *grand finale*: começou a temporada de investigação de figurões da República por obra de delações da Odebrecht, uma história a sugerir que o presidente foi certeiro nas palavras escolhidas para autoproclamar sua firmeza.



Trinca para pôr medo: Meirelles, Moreira Franco, Michel Temer

CARLOS MOURA/STF E ANTONIO CRUZ/ABR

O sinal verde às apurações foi dado em 4 de abril por Edson Fachin, juiz dos processos da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). Não era para a decisão ter vindo a público na terça-feira 11, com Fachin de folga no Paraná, sua terra, pela Semana Santa. Mais um capítulo da rotina de vazamentos da Lava Jato. São mais de 70 inquéritos a envolver pessoas com foro privilegiado e direito a julgamento apenas no STF. Os políticos são suspeitos ou de caixa 2 ou de corrupção e lavagem de dinheiro, em narrativas odebrechtianas repletas de compadrio e favorecimento. As apurações do procurador-geral, Rodrigo Janot, buscarão provas para determinar quem é culpado e

por quê, exatamente, respostas que ainda vão demorar a surgir e, se for o caso, a converter alguém em réu.

Estão sob suspeita 8 dos 28 ministros de Temer: Eliseu Padilha, Helder Barbalho e Moreira Franco, do PMDB, os tucanos Aloysio Nunes Ferreira e Bruno Araújo, Blairo Maggi, do PR, Gilberto Kassab, do PSD, e Marcos Pereira, do PRB. Idem os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM, e do Senado, Eunício Oliveira, do PMDB. E dos dois maiores partidos governistas, os senadores Romero Jucá, do PMDB, e Aécio Neves,

do PSDB. A dupla é, aliás, a campeã de inquéritos, cinco cada um.

Ao todo, foram alvejados 63 dos 594 parlamentares. O PT é a sigla mais implicada, 11 deputados e 4 senadores. Também serão investigados governadores de três partidos, PT, PMDB e PSD. E os ex-presidentes Lula, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso, porém fora do STF, pois o trio não tem foro privilegiado como ministros e congressistas. O ecumenismo da lista de inquéritos não deixa dúvidas. O sistema político brasileiro apodreceu.

Fachin topou quebrar o sigilo das delações dos executivos da Odebrecht, mas o material não tinha sido liberado pelo STF até a conclusão desta reportagem, na

CAPA

quarta-feira 12. Quando for conhecido, será um pandemônio. O que mais se teme em Brasília são os detalhes contados pelos delatores, como depósitos, porcentuais, telefonemas. Tudo aquilo que infernizou o corrupto Eduardo Cunha, condenado a 15 anos de cadeia. Nos despachos iniciais de Fachin já era possível ter uma ideia de certas estripulias.

Os tucanos aparentemente gostavam de usar obras estaduais para tomar dinheiro da Odebrecht. O chanceler Nunes Ferreira está encrencado juntamente com o senador José Serra, pois, segundo delatores, a dupla achacou a empresa em troca de licitações do Rodoanel em São Paulo. Serra foi governador do estado de 2007 a 2010 e Ferreira era seu braço direito. Toda obra rodoviária ali teria cobrança de 0,75% de propina. O achaque teria rendido 500 mil reais a Ferreira na eleição ao Senado de 2010 e 23 milhões à campanha presidencial de Serra. Aécio teria feito algo parecido ao governar Minas (2003-2010). Inclusive com fraude na licitação das obras de uma faraônica nova sede administrativa, coisa de 2 bilhões de reais, em favor de um cartel de empreiteiras em troca de propina em torno de 3% dos contratos.

Deputados e senadores souberam da lista na terça-feira 11 à tarde pela internet e aos poucos se sumiram para não ter de encarar jornalistas. Quem se atreveu a se pronunciar, casos dos recordistas Jucá e Aécio, declarou-se inocente. A dúvida agora é se o presidente terá força política para levar adiante seu saco de maldades no Congresso. É seu grande drama, daí ter corrido a apelar no dia seguinte, em um evento: “Não podemos jamais paralisar o governo (...), temos que dar sequência à atividade legislativa”.

O que ele não quer ver paralisada é a reforma da Previdência. O vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho, do PMDB de Minas, diz não haver qualquer clima para discutir a reforma e que o Planalto deveria retirá-la de cena. A cruel proposta de

Kátia Abreu:
o Planalto
não sabe das
ruas, “Franco
quebrou o
Rio como
governador”



Siqueira: foi
claro com
o presidente,
“não dá para
votar esta
reforma”



Meirelles morrera antes mesmo dos novos capítulos da Lava Jato. Outra já é parida no Congresso pelos aliados de Temer, em tese com condições mais amenas, esforço presidencial de mostrar-se ainda útil ao “mercado”, asalivar por bilhões em previdência privada no caso de uma reforma barrar a entrada de brasileiros no INSS. É possível que o auxílio a idosos (BPC) e a aposentadoria rural fiquem como estão,

sem dificuldades extras de acesso desejadas pelo governo. A única ideia da qual o Planalto e a Fazenda dizem não abrir mão é impor idade mínima de 65 anos à aposentadoria.

Amante da reforma, FHC conta em livro de memórias sobre sua Presidência (1995-2002) que Temer, deputado-relator de uma proposta em 1996, desfigurou-a “na última hora”, contra o que “havia combinado”. Trairagem, em suma. O passo atrás de agora, Temer anunciou na quinta-feira 6, em entrevista a uma rádio. Mais tarde, após almoçar com a realeza sueca, apelou à novilíngua para explicar, feito professora de magistério, que, veja bem, derrota não é derrota. “Vamos aprender isso: prestar obediência ao que o Congresso Nacional sugere, Congresso Nacional que é o centro das aspirações populares, não pode ser considerado recuo.”

Meirelles copiou o patrão. Em entrevista coletiva no dia seguinte, comentou que as mudanças eram imaginadas desde o início, “estão dentro das nossas expectativas”

**Para estes
senhores, ventos
contrários**





e vão reduzir no máximo em 20% a poupança esperada em uma década. Não era bem isso que pregava um mês antes, ao ir à Câmara no Dia Internacional da Mulher tentar convencer governistas hesitantes. “Uma reforma da Previdência muito diluída para não criar resistências não resolve o problema. Se não for para fazer uma reforma completa, é melhor não fazer nada.”

A resistência no Congresso subiu à medida que o assunto se tornou conhecido do povo. Hoje a reforma é a notícia mais lembrada pelas pessoas quando se fala em governo, informa o Ibope. A CNBB assumiu posição pública contra a proposta, por considerá-la antissocial, e seu secretário-geral, Leonardo Steiner, sugeriu aos bispos que lessem o texto nas missas. Um protesto nacional em 15 de março, surpreendente pelo tamanho, indicou o grau de inquietação popular, a ponto de, uma semana depois, a Câmara aprovar a terceirização com folga de apenas 44 votos. Não é à toa que o Planalto quer gastar 180 milhões de reais em publicidade para convencer a população de que a reforma é boa. “É a utilização de recurso público contra o trabalhador, para mentir ao trabalhador. Vamos entrar na Justiça”, diz o presidente da CUT, Vagner Freitas, no aguardo de que uma greve geral convocada para o dia 28 seja maior do que a mobilização de 15 de março.

No sábado pós-Carnaval, Temer juntou no Palácio do Jaburu com o presidente do PSB, Carlos Siqueira, e teve um termômetro nu e cru da situação. Siqueira comanda



um partido que está à frente do Ministério de Minas e Energia, mas é dividido no apoio ao Planalto. Após a folia, ouviu muitos relatos de parlamentares do PSB sobre o sentimento nas bases. “Fui claro com o presidente. Não dá para votar essa refor-

A CNBB CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA QUE CONSIDERA ANTISSOCIAL E DE CUJO TEXTO SUGERE A LEITURA NAS MISSAS

ma, é um ataque ao sistema de proteção social que ele mesmo ajudou a aprovar na Constituição de 1988”, diz Siqueira. “Falei mais: que era um erro deixar esse assunto com o Meirelles, que não entende de política e menos ainda de social.”

O ministro da Fazenda é uma figura a despertar desânimo crescente em Brasília. Seus planos impopulares e a insistente decepção do PIB assustam partidos ligados ao Planalto. Para estes, é certo que disputar eleição em 2018 colado a um governo que não produz crescimento e portador de uma agenda impopular será missão para James Bond. “O governo quer que sua base parlamentar comece a haraquiri”, afirma o senador Roberto Requião, do Paraná, peemedebista como Temer, mas opositor dele desde o início.

O líder do partido no Senado, Renan Calheiros, de Alagoas, discursou dia desses que o presidente “não tem para onde ir com essa política recessiva”, “essa política econômica de arrocho, de juro alto, de aumento de imposto, de recessão, de desemprego”. Na véspera, 4 de abril, participou de um jantar peemedebista na casa da senadora Kátia Abreu, do Tocantins, em que juntamente com a fritada de aratu, especialidade da anfitriã, serviu-se “fritada de Temer”, a julgar pelas conversas. Meirelles apanhou bastante e o presidente também, por segui-lo. “Se eu tivesse feito tudo o que o ‘mercado’ queria, teria sido deposto”, comentou o ex-presidente José Sarney. Temer vive um paradoxo que Sarney não viveu. Se insistir na agenda impopular, perde apoio no Congresso. Do contrário, perde o do “mercado” e da mídia, daí estará vulnerável à cassação na Justiça Eleitoral.

As homenagens dos comensais atingiram ainda o secretário-geral da Presidência, Moreira Franco, o responsável por elaborar a “Ponte para o Futuro”, o plano do governo pós-*impeachment* com neoliberalismo de invejar Margaret Thatcher. O Planalto, diz Kátia Abreu, é dominado por políticos desconectados das ruas como Franco, “que quebrou o Rio quando foi governador (de 1987 a 1991)”. No século XXI, ele, Temer e Padilha concorreram no máximo a deputado, jamais precisaram vencer grandes massas de eleitores. “Quem manda no governo não tem voto”, dispara a senadora.



MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO, WILSON DIAS/ABR. EVARISTO SAI/APP, ELZA FIÚZAI/ABR., MARCELO CAMARGO/ABR. E LÚCIO BERNARDO JR./CÂMARA DOS DEPUTADOS



CAPA

Falta voto, mas sobra identidade, cumplicidade. O trio aparece juntinho em um dos inquéritos recém-abertos no STF. Franco e Padilha são suspeitos de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O primeiro foi acusado de favorecer a empreiteira em leilões de aeroportos quando ministro da Aviação Civil, no primeiro mandato de Dilma, em troca de 4 milhões de reais para o PMDB usar na campanha de 2014. O segundo teria se encarregado de ratear a grana no partido.

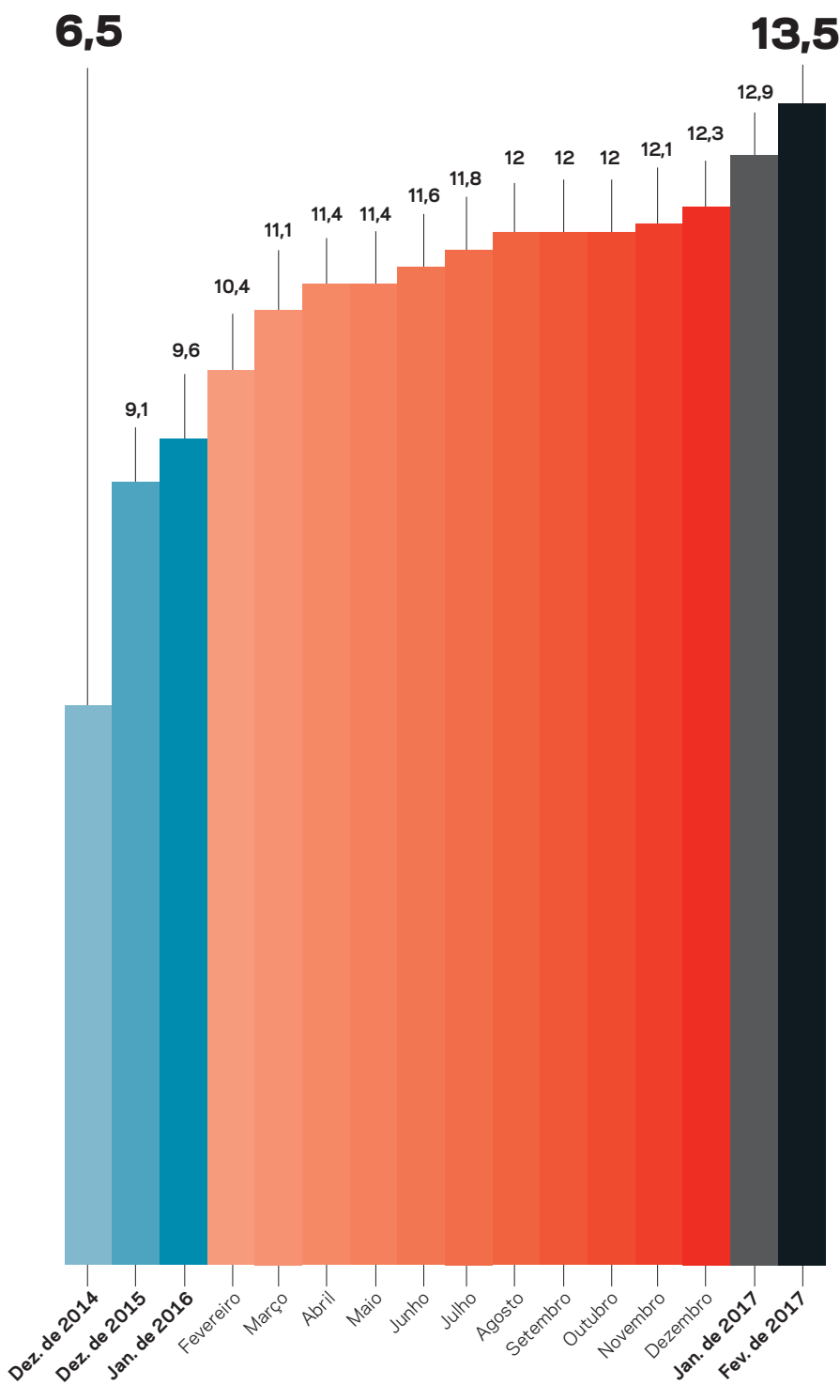
No mesmo inquérito, será investigado o famoso jantar no Jaburu, no qual Temer teria pedido 10 milhões de reais a Marcelo Odebrecht, condenado a 19 anos de cadeia, para a eleição do PMDB em 2014. Segundo Janot, “há fortes elementos que indicam a prática de crimes graves” pelos dois ministros em nome do PMDB e de Temer. O presidente só escapou do inquérito, pois a Constituição diz que o mandatário não pode ser responsabilizado pelo que fez antes de assumir. Mas quando entregar a faixa será candidatíssimo a alvo, se houver alguma Lava Jato até lá.

A saída de Temer deveria acontecer já, com a cassação da chapa Dilma-Temer na Justiça Eleitoral, na opinião do deputado gaúcho Onix Lorenzoni. Posição surpreendente para quem é do DEM, o partido do ministro da Educação, o pernambucano Mendonça Filho, aquele que fala “haverão” no sentido de “existirão”. Em entrevista, Lorenzoni teorizou que a cassação faria bem ao País “do ponto de vista político, institucional e econômico”, e em seguida cobriu Meirelles de elogios. “Já foi incompetente no governo da Dilma e do Lula” e graças a ele “está todo mundo parado, empresas grandes fazem um predinho aqui, ninguém tá comprando máquina, tem um monte de agricultor vendendo máquina”.

O ministro tem tentado vender otimismo à praça. Ao anunciar na sexta-feira 7 mudanças em alguns parâmetros

A SANGRIA NO EMPREGO

Em milhões de desempregados



*Fonte: Pnad Contínua, do IBGE



Calheiros: "Não tem para onde ir com esta política recessiva"



Lorenzoni acha que a cassação da chapa Dilma-Temer faz bem ao País

do futuro Orçamento de 2018, ainda em preparação, apontou uma recuperação "sólida" do PIB. "Já estamos saindo da maior crise, da maior recessão da história do Brasil", afirmou, "a atividade econômica claramente dá sinais de crescimento". Entre os indícios encorajadores está o aumento do consumo de energia, do transporte de cargas e da produção de embalagens, alguns dos chamados sinais antecedentes, aqueles capazes de dar pistas sobre o rumo das coisas. A venda de veículos e a safra agrícola acima do esperado também animam o ministro.

Do próprio governo, no entanto, emanam fumaças. Para o déficit fiscal deste ano ficar na meta de 139 bilhões, a Fazenda acaba de cortar 42 bilhões de reais do Orçamento, dos quais 10 bilhões do PAC. "Destruíram o investimento, o PAC voltou a ser do tamanho de 2010", diz Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento. Em seu último relatório trimestral de inflação, o Banco Central projeta uma inflação abaixo de 4% neste ano e em 2018, resultado da fria temperatura econômica. Os investimentos privados, aposta oficialista como motor do PIB, cairão 0,3% em 2017, diz o BC. Tudo somado, Fazenda e BC calculam crescimento de 0,5% este ano. Ritmo que Meirelles acha

que subirá a algo em torno de 2,5% no último trimestre e por aí permanecerá no eleitoral ano de 2018.

Exageros, na avaliação do economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito. Para ele, 2017 verá recessão de 0,2%. O PIB do quarto trimestre de 2016 já sugeria uma retração, e a certeza disso, diz ele, vem da falta generalizada de demanda. O governo corta gastos, as famílias compram menos diante do desemprego em alta e da renda em

"SE O GOVERNO INSISTIR NESTAS PROPOSTAS, VAI REABILITAR A ESQUERDA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS", DIZ UM EMPRESÁRIO

baixa, as empresas não investem por excesso de ociosidade, as exportações contribuem menos do que poderiam devido ao dólar. "O plano Temer-Meirelles é calcado na percepção de que o controle da dívida diminuiria o risco Brasil e os juros de longo prazo e então as empresas investiriam. Não vai acontecer. Empresário não investe porque o juro é baixo, mas se há consumo", afirma.

O País tem hoje 13,5 milhões de desempregados, batalhão que não parou de engordar nem após o *impeachment*, apesar das alvíssaras prometidas. Mesmo que o PIB avançasse este ano 0,5%, como prevê a Fazenda, o povão andarà para trás, pois o incremento populacional anual é de cerca de 1%, daí que a renda *per capita* encolherá, anota Júlio Miragaya, presidente do Conselho Federal de Economia. "O governo tem sido conservador no juro, passivo no câmbio e vai na contramão no investimento. O empresariado aceita essa situação, pois virou rentista, quase não existe mais burguesia nacional", diz.

Esperar crescimento e desenvolvimento com o plano Temer-Meirelles talvez seja ilusão, a missão real talvez seja outra, redesenhar o Estado. Em reuniões do chamado Conselho, o presidente já foi aconselhado a aproveitar o ibope raquítico para ir até o fim em suas medidas impopulares, enquanto Meirelles garantia que "o governo está comprometido com a redução do papel do Estado na economia". Em conversa recente com um empresário, Carlos Siqueira, do PSB, ouviu uma frase de arrepiar: "O que queremos é desatar o nó de 1988". Ou seja, desmontar o Estado de Bem-Estar Social desenhado na Constituição e que nunca saiu do papel na plenitude. "Se o governo insistir nessas propostas conservadoras", diz Siqueira, "vai reabilitar a esquerda e os movimentos sociais." •

GERALDO MAGELA/AG. SENADO E EDILSON RODRIGUES/AG. SENADO

